



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

# RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

## 09 de Junho de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213  
Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041  
Gab CMD: (+351) 210405189  
gab.emb@embangolapt.org



[mirex.gov.ao](http://mirex.gov.ao)  
Ministério das Relações Exteriores

# JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEGUNDA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 2025

## Abordado com os Emirados Árabes Unidos reforço da cooperação

O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, conver-  
sou, domingo, ao telefone, com Sheikh Mohamed bin Zayed  
Al Nahyan, Presidente dos Emirados Árabes Unidos (EAU).  
De acordo com uma nota de imprensa, os dois líderes falaram  
sobre o reforço das relações bilaterais e abordaram questões  
candentes da actualidade política internacional.

Angola e os Emirados Árabes Unidos assinaram, no ano  
passado, os termos de referência para a negociação do  
Acordo de Parceria Económica Abrangente. Rubricado no  
Dubai, o diploma faz parte de uma série de iniciativas que vi-  
sam reforçar os laços de cooperação económica e financeira  
com parceiros estratégicos e impulsionar o desenvolvimento  
sustentável.

Este acordo reduz as tarifas e barreiras comerciais des-  
necessárias, melhora o acesso ao mercado e cria novas pla-  
taformas de investimento e colaboração para o sector pri-  
vado com base em parcerias mutuamente vantajosas. (J.A.)++++

## **Chefe de Estado fala ao telefone com homólogo dos Emirados Árabes Unidos**

O Chefe de Estado, João Lourenço, conversou na tarde deste domingo, ao telefone, com Sua Alteza Sheikh Mohamed bin Zayed Al Nahyan, Presidente dos Emirados Árabes Unidos.

No contacto, os dois líderes falaram sobre o reforço das relações bilaterais e abordaram questões candentes da actualidade política internacional. (J.A.)++++

## **França elogia liderança de Angola na organização continental**

O embaixador de França na Etiópia, Alexis Lamek, elogiou a agenda da presidência angolana na União Africana (UA) e reafirmou o apoio do seu país, bem como saudou a Cimeira Africana sobre o Clima, que se realiza em Setembro deste ano, em Adis Abeba.

De acordo com um comunicado do Ministério das Relações Exteriores a que o Jornal de Angola teve ontem acesso, o diplomata francês teceu tais considerações durante o encontro com o embaixador de Angola na Etiópia, Miguel Bembe.

Durante o encontro, o diplomata angolano e o homólogo francês abordaram o reforço da cooperação bilateral e as prioridades da agenda de Angola na Presidência pro-tempore da União Africana.

Miguel Bembe apresentou as principais prioridades do mandato da presidência angolana na UA, com destaque para a paz, segurança e boa governação, as infra-estruturas para acelerar a industrialização, a implementação da Zona de Comércio Livre Continental, o Corredor do Lobito e as condições de circulação de pessoas, bens e serviços, agricultura, a economia azul, as parcerias bilaterais e multilaterais.

O embaixador angolano disse que a centralidade destas questões na agenda do Presidente João Lourenço, que é, igualmente, Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África, levará à realização, em Outubro deste ano, da Conferência Continental sobre as Infra-estruturas como factor de desenvolvimento de África e à Reunião sobre os Conflitos em África, que será realizada em Setembro de 2025, esta última no âmbito da Presidência de Angola do Conselho de Paz e Segurança da União Africana. (J.A.)++++

## **Malabo acolhe este sábado Cimeira de Chefes de Estados e de Governo da CEEAC**

Malabo, capital da Guiné-Equatorial, acolhe desde a manhã deste sábado, a 26ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

O evento decorre sob o lema “Consolidar os Resultados da Reforma da CEEAC para Acelerar a Integração Regional e a Construção de uma Comunidade de Destino na África Central”, e foi inaugurado por Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da Guiné Equatorial e Presidente em Exercício da CEEAC, na presença de Faustin Archange Touadera, Presidente da República Centro-Africana, Denis Sassou Nguesso, Presidente da República do Congo, Brice Oligui Clotaire Nguema, Presidente da República Gabonesa, Félix Antoine Tshissekedi, Presidente da República Democrática do Congo, Carlos Manuel Vila Nova, Presidente de São Tomé e Príncipe, e Mahamat Idriss Deby Itno, Presidente da República do Chade, refere um comunicado de imprensa do MIREX.

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, representa o Chefe de Estado, João Lourenço, numa delegação que integra, dentre outras personalidades, João Ernesto dos Santos “Liberdade”, ministro da Defesa, Antigos

Combatentes e Veteranos da Pátria, e os Embaixadores de Angola no Gabão e na Guiné-Equatorial, Joaquim do Espírito Santo e José Luís de Matos, respectivamente.

A 26.<sup>a</sup> Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), está a fazer o ponto de situação da implementação das decisões das sessões ordinárias anteriores e dos resultados obtidos em 2024 no âmbito do cumprimento do Plano Estratégico Indicativo a Médio Prazo (2021-2025) para a integração da África Central da CEEAC, incluindo as dificuldades enfrentadas pela Comissão.

Está igualmente a analisar o ponto da situação política e de segurança na África Central desde XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, realizada em 18 de outubro de 2024 em Malabo, assim como o grau de implementação da Declaração da VI Sessão Extraordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sobre a situação humanitária na África Central, realizada igualmente na Guiné Equatorial. (J.A.)++++

## **Governo já construiu mais de 350 mil casas**

**O Governo construiu, desde 2009, mais de 350 mil habitações em centralidades, urbanizações e projectos de realojamento, das quais 1.858 em 2024.**

Este exercício do Executivo é parte do compromisso assumido no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que tem sido complementado pelo sector privado e pelos cidadãos no regime de auto-construção dirigida.

De acordo com dados do ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, na entrevista exclusiva concedida ao Jornal de Economia & Finanças, de hoje, das casas construídas no ano passado, 389 estão na província de Cabinda, 406 no Cuanza-Sul e 1.168 em Luanda.

Além destas habitações, o ministro realçou a construção de 5.920 habitações sociais, para o realojamento das populações que vivem em zonas de risco e deslocadas de projectos específicos de requalificação urbana, sendo três mil na província de Icolo e Bengo e 2.920 em Cabinda.

No domínio da prevenção de riscos e protecção ambiental, foram estabilizados 181 hectares de zonas ravinadas nas províncias de Benguela, Bié, Cabinda, Cuando, Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Malanje, Moxico, Uíge e Zaire.

“Os desafios são grandes e muitas vezes temos que perceber que para fazermos as obras públicas não precisamos apenas de ter as componentes técnicas. Há uma componente muito importante que não pode ser dissociada: a componente financeira, a orçamental.

Muitas vezes temos o desafio de que precisamos fazer isso ou aquilo e já, porque é urgente. Sim! Concordamos, mas para que tal ocorra, precisamos de tempo para ir ao encontro dos recursos financeiros necessários à realização desta mesma obra. Por exemplo, hoje, o sector, na sua carteira de obras, 90 por cento delas são feitas por via de financiamento externo.

A contratação de um financiamento externo, seja de qualquer país, leva, no mínimo, um ano. Se hoje falarmos de uma obra, vamos fazer estudos, projectos, negociar financiamento e fazer concurso (limitado a países da origem do financiamento). O Executivo continua a fazer o seu papel, e mantemos o foco, priorizando os serviços mínimos”, disse.

Em relação às ravinas, o ministro disse que o Governo está a implementar um programa nacional para a prevenção e estabilização de ravinas, com mapeamento das zonas críticas, obras de engenharia de contenção e estabilização.

As acções viradas à contenção e estabilização de ravinas, disse, não devem ser restritas à intervenção do sector, mas requerem uma abordagem multisectorial e multidisciplinar, com a intervenção de outros departamentos ministeriais, dos governos provinciais, de Organizações Não-Governamentais, das academias e ordens profissionais.

“Por outro lado, estamos a desenvolver um programa de sensibilização das comunidades para práticas que evitem o agravamento do problema”, disse. Para garantir a durabilidade das infra-estruturas e a boa aplicação dos recursos públicos, o Executivo defende a fiscalização rigorosa e o envolvimento obrigatório do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA) em projectos públicos.

Nesse sentido, afirmou o governante, está em curso o processo de modernização e reforço da capacidade técnica e institucional do LEA. Carlos dos Santos adiantou estar em curso um processo de reestruturação que envolve a aquisição de equipamentos e um programa alargado de capacitação técnica. (J.A.)++++

## Anulação do registo civil preocupa as autoridades

A anulação do registo feito em Angola e a eliminação do sobrenome materno nos filhos de angolanas com cidadãos estrangeiros de religião muçulmana, principalmente de países africanos, constitui preocupação para o Ministério das Relações Exteriores (MIREX).

A preocupação foi manifestada, recentemente, pelo secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, no final da sessão temática sob o tema “As Comunidades Angolanas na Diáspora”.

A inquietação acontece um ano depois de o secretário de Estado ter mantido um encontro com angolanas residentes

em Nouakchott, capital da Mauritânia, onde mais de uma dezena de mães manifestaram esta preocupação. Domingos Vieira Lopes disse que a anulação do registo nacional e, consequentemente, a eliminação do sobrenome dos filhos nascidos em Angola preocupa o Executivo e vai merecer especial atenção.

Segundo Domingos Vieira Lopes, os filhos de angolanas com cidadãos estrangeiros a viverem nos países de cultura islâmica, quando saem do país, perdem o nome de origem e na feitura do novo registo são-lhes retirados os sobrenomes das progenitoras.

A perda do nome originário (de Angola) e consequentemente a supressão do sobrenome da mãe, frisou o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, tem causado desconforto de natureza jurídica e sociológica por parte das progenitoras.

Domingos Vieira Lopes referiu que em função dos relatos de muitas angolanas a viverem em países como Senegal, Mauritânia, Mali, dentre outras nações africanas, que reclamam da retirada do sobrenome, o MIREX está a criar mecanismos jurídicos para estudar a melhor forma de responder a esta preocupação.

### **240 mulheres angolanas vivem na Mauritânia**

No mesmo encontro, onde também esteve presente o embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola no Senegal, Adão Pinto, mais de 15 angolanas, além da inquietação relativa aos nomes dos filhos, solicitaram ao Governo a abertura, com urgência, de uma embaixada na Mauritânia.

Em representação do grupo de angolanas residentes na Mauritânia, Joana Nganga disse que as mais de 240 mulheres, incluindo filhos, passam por inúmeras dificuldades administrativas e sentem-se abandonadas por parte do Governo, sobretudo no que diz respeito aos direitos adquiridos

em Angola. Joana Nganga apontou, entre as dificuldades, o não acesso à documentação dos filhos nascidos em Angola, passaportes expirados, bem como a dificuldade de se deslocarem ao Senegal, onde há representação diplomática de Angola.

Quanto à anulação do registo civil dos filhos nascidos em Angola, a troca de nomes, bem como a eliminação do sobrenome materno, na altura do novo registo mauritano, Joana Nganga ressaltou que este assunto deve merecer toda a atenção do Governo.

“Queremos que o nosso Executivo, em parceria com o Governo da Mauritânia, dialoguem para que se mantenham e sejam aqui aceites os nomes atribuídos a partir da nossa terra”, apelou a porta-voz do encontro com o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas.

Em relação à situação social, económica e cultural, Joana Nganga disse que, apesar das dificuldades, as famílias angolanas residentes na Mauritânia têm acesso à formação académica, emprego e o empreendedorismo.

Por seu lado, o embaixador de Angola no Senegal, Adão Pinto, confirmou que as preocupações apresentadas eram reais e decorrem do Direito Internacional Privado, que nem sempre são fáceis de resolver. Angola e a Mauritânia estão em negociações para discutirem propostas sobre o acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço.

*(J.A.)++++*

## Angola e Benin têm agora acordo de isenção de vistos em passaportes

O acordo entre Angola e o Benin sobre a isenção mútua de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço já entrou em vigor, na sequência da sua publicação em Diário da

**República de 2 de Junho de 2025.** O instrumento visa facilitar a entrada, saída e trânsito temporário de cidadãos angolanos e beninenses titulares de passaportes diplomáticos ou de serviço, reforçando as relações de amizade e cooperação entre os dois países, com base no respeito mútuo, nos princípios da Carta das Nações Unidas e nas normas do Direito Internacional.

Nos termos do acordo, os cidadãos de cada parte ficam isentos de visto para estadias até 30 dias, prorrogáveis, não podendo ultrapassar 90 dias por ano, contados a partir da data da primeira entrada.

O diploma proíbe o exercício de qualquer actividade remunerada durante a permanência e estipula que a entrada e saída devem ocorrer através dos postos fronteiriços autorizados.

Os cidadãos devem respeitar integralmente a legislação vigente no território do país de acolhimento. Em caso de extravio ou deterioração do passaporte, os interessados devem comunicar a missão diplomática ou consular do seu país, que se encarregará da emissão de novo documento e da devida notificação às autoridades locais.

O acordo reconhece o direito de qualquer das partes de proibir a entrada, trânsito ou limitar a permanência de cidadãos da outra parte considerados “persona non grata”. Em caso de alteração ou introdução de novos modelos de passaportes, a parte interessada deverá informar a outra com pelo menos 30 dias de antecedência.

O documento pode ser emendado por consentimento mútuo, mediante troca de notas escritas ou memorando, passando as alterações a integrar o acordo principal. A vigência é de cinco anos, automaticamente renováveis por períodos iguais, podendo ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita com 90 dias de

antecedência, por via diplomática. O acordo foi assinado, em representação do Governo da República de Angola, pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António, e da parte do Governo da República do Benin rubricou o documento o ministro dos Negócios Estrangeiros, Olushegun Adjadi Bakari. (J.A.)++++

## **Programa de Apoio à Empregabilidade vai reduzir vulnerabilidade sócio-económica**

**O Programa de Orientação Sócio-Profissional e Apoio à Empregabilidade dos Efectivos a Licenciados das Forças Armadas Angolanas (FAA), após cumprimento do Serviço Militar Activo, está em vigor.**

De acordo com o documento, o programa consiste na redução da vulnerabilidade sócio-económica dos ex-militares, assegurando a sua participação efectiva nos processos de crescimento e desenvolvimento económico do país, através de Programas Integrados de Acção Social que promovam a inclusão e coesão social e produtiva das famílias e das comunidades.

O Executivo pretende, com este Programa, oferecer aos efectivos a licenciados, após cumprimento do serviço militar activo nas FAA, apoios na protecção, orientação e formação/reconversão técnico-profissional, com foco na sua empregabilidade e melhoria da qualidade de vida no período pós-licenciamento.

O documento, publicado em Diário da República do dia 5 deste mês, explica que com o alcance da Paz e da Reconciliação Nacional em 2002, as FAA entraram numa fase de reedificação, iniciada em 2006, com actividades múltiplas de educação cívica e ético-militar, com vista a dirimir a crise de valores que se apresentava preocupante no seio da sociedade castrense.

O presente instrumento pretende constituir uma plataforma de coordenação multisectorial de apoio à empregabilidade dos efectivos excedentários das FAA que venham a ser licenciados do Serviço Militar Activo.

Este programa, desenhado inicialmente para um período de vigência cifrada em três (3) anos (2025-2027), é o instrumento do Executivo que fará a produção e disseminação de informações técnicas relevantes para promover e realizar análises sobre o mercado de trabalho e a situação do emprego no país, com o foco nos efectivos a licenciar das Forças Armadas Angolanas, como consequência do processo de renovação interna, num contexto de difícil absorção no mercado de emprego, por força da sua faixa etária, qualificação profissional e densidade populacional.

De acordo com o documento, publicado em Diário da República, as Forças Armadas Angolanas (FAA) foram criadas no âmbito dos Acordos de Paz, prevendo um número total de 50 mil efectivos, sendo 40 mil do Exército, 6.000 da Força Aérea Nacional (FAN) e 4.000 da Marinha de Guerra Angolana (MGA). Criadas a 9 de Outubro de 1991, as FAA resultam da fusão das Ex-Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), Exército Governamental, e as extintas Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), então componente militar da UNITA.

Segundo o documento, com a aprovação da Política Nacional da Acção Social, através do Decreto Presidencial n.º 37/21, de 8 de Fevereiro, abriram-se as portas para uma abordagem macro, sistemática e flexível sobre a questão da vulnerabilidade em Angola, onde todos os sectores são chamados a dar respostas às carências sociais e promover o crescimento e desenvolvimento, assentes no reforço das competências das famílias e comunidades, e na sua autonomia e resiliência perante o risco social.

No diploma, lê-se que o processo de normalização do seu funcionamento continua na agenda do Estado e, à semelhança de outras organizações similares, as FAA pretendem dotar-se de um serviço composto por profissionais (Quadro Permanente – QP) e não-profissionais (Quadro Miliciano – QM e Serviço Militar Obrigatório – SMO), e com isto equacionar as expectativas legítimas dos efectivos actuais, criando condições para não defraudar as novas gerações que pretendam abraçar as FAA como profissão.

### **Projecto é apoiado pela Proposta do Plano de Desenvolvimento**

O Programa está sustentado na Proposta do Plano de Desenvolvimento do Sector (PDS) 2023-2027 do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), tendo sido alinhado às acções programadas para a sua materialização, com os objectivos e principais prioridades definidas pelo Sector, no quadro das orientações estratégicas do Sistema Nacional de Planeamento e do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027.

O Programa visa, igualmente, conceber pacotes complementares às estratégias de soluções já encontradas, prestar assistência técnica especializada ao desenvolvimento dos respectivos percursos formativos, disponibilizando aos candidatos serviços de orientação escolar e profissional, para além do desenvolvimento de métodos e hábitos de estudo.

O POSPAEE, segundo o documento, pretende contribuir para o exercício do Estado na construção de uma cultura própria das FAA, no seu redimensionamento por via do licenciamento e renovação de efectivos, acautelando o surgimento de focos de tensões sociais com o regresso desses efectivos à vida civil, fruto da exiguidade de oportunidades no mercado de trabalho, desencorajando assim a adopção de comportamentos desviantes no seio das comunidades em que estes

efectivos retornam. Segundo o documento, o POSPAEE vai realizar estudos sobre as expectativas dos efectivos abrangidos pelo licenciamento, pretendendo colectar dados com base em instrumentos previamente elaborados, sistematizar e analisar esses dados com o objectivo de conhecer o perfil da população-alvo.

A informação recolhida permitirá elaborar um relatório de pesquisa para subsidiar decisões e melhorar as estratégias de intervenção do Programa. Com o conhecimento e participação dos parceiros institucionais e transversais, num fórum vocacionado, o IRSEM vai programar planos anuais de execução financeira, tendo em conta o quadro perspectivo da empregabilidade a nível nacional.

O POSPAEE vai ainda realizar diversos eventos de natureza educativa junto da população-alvo e da sociedade em geral, promovendo a adopção consciente de opções e gestão de contextos, com vista à prevenção de conflitos que possam advir do processo de licenciamento. (J.A.)++++

## **Angola conquista distinção na Expo Turismo da Zâmbia**

**Angola foi distinguida no fim-de-semana como Melhor Stand Internacional na Expo de Turismo da Zâmbia, evento que contou com a participação de 18 operadores turísticos nacionais.**

Um comunicado de imprensa refere que a conquista reforça o potencial de Angola como destino turístico de excelência.

Durante a Feira de Turismo da Zâmbia (ZATEX 2025), que abriu quinta-feira e encerrou sábado, os ministros de Angola e da Zâmbia testemunharam a celebração de um acordo de cooperação entre o operador turístico angolano Ukunhula Tours, representado pelo seu CEO, Dorix Raimundo, e a operadora turística zambiana Lochinvar Safaris,

liderada pelo seu CEO, McFister Hampande. A presença dos ministros Márcio Daniel e Rodney Sikumba reforça o compromisso político e institucional dos dois países no desenvolvimento conjunto do sector turístico.

Este acordo representa um marco importante na integração regional e no fortalecimento das relações bilaterais no domínio do turismo, com foco na estratégia de troca de serviços e promoção cruzada de destinos turísticos.

O acordo assinado é um exemplo concreto do potencial de integração turística regional entre países da SADC e constitui uma resposta aos apelos para intensificar a cooperação bilateral no sector do turismo em África.

A participação da delegação angolana resulta de uma abordagem conjunta dos ministros do Turismo de Angola, Márcio Daniel, e da Zâmbia, Rodney Sikumba, durante a Africa's Travel Indaba, realizada no mês passado, na cidade de Durban, África do Sul.

Sob o lema “Driving Inclusive Growth”, a participação neste evento é uma oportunidade para reforçar as relações entre os operadores turísticos dos dois países vizinhos, com grande potencial de complementaridade nas suas ofertas turísticas.

O objectivo é destacar os produtos turísticos de sol e mar que Angola pode oferecer ao mercado zambiano, permitindo a criação de pacotes turísticos complementares aos seus produtos turísticos, focados no ecoturismo, turismo de aventura e vida selvagem.

A troca de experiências e a identificação de oportunidades de parcerias comerciais vai permitir, segundo os organizadores, a criação de um mercado turístico transfronteiriço com pacotes integrados, permitindo a dinamização de ambos os mercados.

No encontro de Lusaka, estão os operadores Across-Tours Angola, Cosmos, Ten Tours, VeeTours, Ukunhula Tours, Grupo Cosal, Okuya Adventures, Grupo Madeirense, Fly Hotel, Gitu Kiame, HCGA Viagens, Serra da Chela, NS Viagens, Nawabus, Carpe Diem, Ven Voyage Turismo & Viagens, Kwenda Viagens e AAVOTA.

O evento visa construir novas parcerias, explorar boas práticas e promover o crescimento da indústria turística nos países participantes. Isso permitirá que os operadores turísticos angolanos ampliem as suas actividades e adquiram maior experiência na gestão de destinos turísticos. (J.A.)++++

### **"Kopelipa" e "Dino" regressam ao banco dos réus em fase de preparação de provas**

Os generais Manuel Hélder Vieira Dias “Kopelipa”, Leopoldino do Nascimento “Dino” e outros envolvidos regressam, esta segunda-feira, ao banco dos réus em fase de preparação de provas no julgamento do processo nº 38/2022.

No mesmo processo, são também arguidos o advogado Fernando Gomes dos Santos, Yiu Haiming e as empresas China International Fund (CIF), Plansmart International Limited e Utter Right International Limited.

"Uma vez mais, reiteramos que a fase de produção de provas decorre à porta fechada e por isso não é permitida cobertura jornalística, nem a presença de jornalistas na sala de julgamento", adianta o Tribunal Supremo em nota de imprensa.

Nesta conformidade, esclarece o comunicado, os jornalistas voltarão a ser notificados para a cobertura da leitura do acórdão do processo. (J.A.)++++

## **OMA promove actividades em prol da realização do seu VIII Congresso**

A secretária-geral da OMA, Joana Tomás, destacou, sábado, em Luanda, a importância da ginástica para a saúde dos militantes, amigos e simpatizantes, com o intuito de fomentar a prática do desporto.

O evento, enquadrado no VIII Congresso da organização, a realizar-se de 27 de Fevereiro a 1 de Março, juntou várias mulheres na Baía de Luanda para a realização de uma sessão de exercícios físicos. Joana Tomás disse que a Subcomissão de Cultura e Desportos programou dar início às actividades culturais e desportivas em saudação ao VIII Congresso Ordinário da OMA.

“Estamos aqui na Baía de Luanda, propriamente na Marginal, onde temos as aulas de ginástica. Hoje estamos a ter ginástica e zumba, com a representação de todos os municípios da província de Luanda”.

Joana Tomás sublinhou que estas actividades também se enquadram naquilo que já tem sido realizado no âmbito da saúde e bem-estar. “Estamos aqui para saudar o nosso Congresso e também ajudar as nossas famílias a terem uma boa forma física”, disse.

Para a secretária-geral da OMA, durante este período vão continuar a realizar actividades semelhantes em todo o território nacional, uma vez que a OMA está presente em todas as províncias e municípios.

Joana Tomás assegurou que haverá sequência até à realização do VIII Congresso Ordinário. Informou que já se realizou o seminário metodológico nacional e foi concluído o processo nas províncias, estando agora na fase dos municípios e comunas.

Sublinhou que o próximo passo será o processo assembleário e também as constituições nas novas províncias

surgidas com a nova Divisão Político-Administrativa. Disse ainda que até à realização do Congresso, vão realizar várias actividades culturais e desportivas. (J.A.)++++

**Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 09 de Junho de 2025.-**

Av.ª da República nº68, 1069-213  
Lisboa – Portugal  
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041  
Gab CMD: (+351) 210405189  
gab.emb@embangolapt.org



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores